



Município de Palmela

CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 26/2008:

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2008:

No dia vinte e seis de Novembro de dois mil e oito, pelas quinze horas e vinte minutos, no edifício dos Paços do Concelho e respectiva Sala das Sessões, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, presidente, encontrando-se presentes os vereadores Adília Maria Prates Candeias, José Justiniano Taboada Braz Pinto, Octávio Joaquim Coelho Machado, José Manuel Conceição Charneira, Adilo Oliveira Costa e José Carlos Matias de Sousa.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – Cooperação Descentralizada com o Município de S. Filipe, Cabo Verde:
Atribuição de apoio financeiro à AMI – Fundação de Assistência Médica Internacional

PONTO 2 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia – Actualizações e Alterações

PONTO 3 – Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Portuguesa de Surdos

PONTO 6 – Mapa de Pessoal para o Ano de 2009

PONTO 7 – Programa de Alimentação Escolar – 2008/2009 – Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º de Janeiro da Lagoa do Calvo

PONTO 8 – Proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Centro Social de Palmela, no âmbito do trabalho desenvolvido com Jovens e Famílias do Concelho de Palmela

PONTO 9 – Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela Desporto, E.M. – Exercício 2009.

A **Sr.ª Presidente** cumprimenta o Executivo Camarário, Jornalistas, Dirigentes e Trabalhadores presentes.

Refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, pelo que vai dar início de imediato à Ordem do Dia.

I – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Cooperação Descentralizada com o Município de S. Filipe, Cabo Verde: Atribuição de apoio financeiro à AMI – Fundação de Assistência Médica Internacional.

PROPOSTA N.º 1/GAP/26-2008:

«No âmbito da sua política de cooperação descentralizada a Câmara Municipal de Palmela desenvolve, desde 1999, uma parceria com a AMI – Assistência Médica Internacional, tendo por objectivos a prestação de cuidados de saúde e medicamentosa e a melhoria sustentada do estado de saúde da população do Município de S. Filipe, na Ilha do Fogo.

Esta parceria tem garantido a presença permanente e ininterrupta de dois enfermeiros – que asseguram o funcionamento de diversas unidades de saúde locais –, o envio regular de medicamentos e material médico, para além da realização de outras acções no âmbito da formação e da sensibilização de quadros técnicos, grupos de risco e população em geral.

Através dos contactos então estabelecidos com a Câmara Municipal de S. Filipe, com o Delegado de Saúde e com a população, conclui-se que a continuidade deste projecto é absolutamente essencial para o desenvolvimento da área da Saúde naquele município, pelas seguintes razões:

a) A AMI assegura o funcionamento integral de três unidades de saúde do Município de S. Filipe (Unidades Sanitárias de Base de Monte Grande, Campanas de Baixo e Chã das Caldeiras), permitindo à população do interior da Ilha uma assistência de enfermagem e medicamentosa adequada, evitando deslocações, em condições precárias, ao Hospital Regional de S. Filipe;

b) Realiza acções de formação dos técnicos de saúde locais;

c) Realiza acções de Educação para a Saúde, destinadas a crianças e a jovens até aos 24 anos, monitores de infância, professores do ensino básico, secundário e encarregados de educação.

d) Criou, em conjunto com as Delegacias de Saúde e de Educação, uma Comissão de Cooperação para a Saúde, que tem como função efectuar o diagnóstico do estado de saúde escolar e elaborar um plano estratégico de intervenção a médio/longo prazo sobre a Educação para a Saúde.

e) Promove a continuidade do Projecto de Assistência Médico-Dentária, em colaboração com a Organização Não Governamental para a Saúde “Mundo a Sorrir”, nas escolas e nas unidades sanitárias de base;

Assim, e em face da importância da continuação do trabalho desenvolvido pela AMI no Município de S. Filipe e de acordo com a política de cooperação desenvolvida pela Câmara Municipal de Palmela, acrescendo o envolvimento comum nos esforços globais, que visam levar a cabo a implementação dos Objectivos do Milénio até 2015, neste caso em particular, os objectivos 4, 6, 7 e 8 (Reduzir a taxa de mortalidade infantil; Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; Assegurar a sustentabilidade ambiental; Desenvolver uma parceria Global para o desenvolvimento),

Propõe-se, de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 4, do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 15.000,00 (quinze mil euros) à AMI – Fundação Assistência Médica Internacional, destinado a compartilhar as despesas efectuadas com os profissionais de saúde que integram a missão em curso.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

II – GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E ACÇÃO LOCAL

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia – Actualizações e Alterações.

PROPOSTA N.º 1/GPAL/26-2008:

«De acordo com os protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, celebrados em 2006, para o mandato 2006/2009, e actualizados e republicados na reunião de Câmara de 12.12.2007, a Câmara deliberou, de acordo com o artigo 16.º, que “as verbas a transferir são anualmente actualizadas de acordo com as variações quantitativas e/ou qualitativas que ocorram nas unidades de referência dos critérios de multiplicação e também no valor da taxa de inflação do ano anterior”.

De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º, “a Câmara determina anualmente uma verba, a fim de compensar as Juntas de Freguesia dos custos indirectos resultantes do exercício das competências delegadas” e no n.º 2 do mesmo artigo refere que “é fixada anualmente, de acordo com as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente, nunca superior a 10%”.

Assim **propõe-se**:

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 53.º, n.º 2 da alínea s) e 66.º da Lei n.º 169/1999, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conformidade com o preceituado no artigo 15.º da Lei 159/1999, de 14 de Setembro, e do articulado dos protocolos de Delegação de Competências;

1. Que o valor das transferências financeiras seja actualizado tendo em conta o valor da inflação homóloga a Agosto, prevista pelo Instituto Nacional de Estatística, em 3%, contudo, deverá a mesma ser actualizada após a sua fixação por aquele Instituto.
2. Que a percentagem definida para a comparticipação da Câmara proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro seja de 8%, tal como o ano passado.

3. Que se proceda à alteração da redacção do Protocolo de Delegação de Competências de Higiene e Limpeza de Espaços Públicos, para a Freguesia de Marateca, e cuja minuta se anexa, bem como o n.º 3 do anexo III do referido protocolo.

No essencial, procedeu-se:

- À actualização da designação de algumas escolas e também às áreas das mesmas nas Freguesias de Palmela, Quinta do Anjo e Marateca, o que implicou alteração nos valores a atribuir.
- À alteração à redacção do Protocolo de Delegação de Competências de Higiene e Limpeza do Espaço Público em Marateca, por se ter concluído em reunião conjunta, que o mesmo não era eficaz.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012.

PROPOSTA N.º 1/DAF/26-2008:

«A proposta de Orçamento para o ano económico de 2009 e Grandes Opções do Plano 2009/2012, agora apresentada caracteriza-se financeiramente por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de € 60.102.625,00 (sessenta milhões, cento e dois mil, seiscentos e vinte cinco euros).

Do total de receitas orçamentadas cerca de 17 milhões de euros são receitas extraordinárias provenientes de:

- Utilização de empréstimos de médio prazo: € 11.830.238,00 (onze milhões oitocentos e trinta mil, duzentos e trinta e oito euros);
- Participações do QREN no âmbito de projectos candidatados pelo município: € 3.183.600,00 (três milhões, cento e oitenta e três mil e seiscentos euros);
- Utilização de garantias bancárias por posse administrativa de alvarás de loteamento: € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros).

- Construção do novo Quartel da GNR de Palmela: € 500.000,00 (quinhentos mil euros).

As receitas de natureza fiscal (Impostos Directos) continuam a ter o maior peso no total das receitas (32,6%), no qual o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) se assume como a principal componente deste conjunto de impostos. Relativamente ao que se prevê receber no ano de 2008, o IMI terá uma redução de cerca de 7,3% consequência da redução das taxas aprovadas para o ano 2009.

A Derrama apresenta igualmente uma ligeira diminuição relativamente ao orçamentado e previsto receber no ano 2008.

As transferências efectuadas pelo Orçamento de Estado ao abrigo da Lei das Finanças Locais são de € 8.237.864,00 (oito milhões, duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro euros) e representam um acréscimo de 5% relativamente às verbas transferidas em 2008.

O total de recursos financeiros é afecto a um valor igual de despesa, canalizada para as seguintes finalidades:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: € 35.622.272,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta e dois euros):
- Pessoal: € 19.818.663,00 (dezanove milhões, oitocentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta e três euros);
- Despesas não imputadas às GOP: € 4.661.690,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e um mil, seiscentos e noventa euros).

A estrutura da Receita e Despesa é apresentada pelo seguinte quadro:

RECEITA			DESPESA		
Descrição	Valor (€)	%	Descrição	Valor (€)	%
Impostos Directos	19.607.000	32,62	Pessoal	19.818.663	32,97
Impostos Indirectos	6.018.100	10,01	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	14.279.517	23,76
Taxas, Coimas e Penalidades	1.248.900	2,08	Encargos Correntes da Dívida	709.170	1,18
Rendimentos de Propriedade	113.000	0,19	Transferências Correntes	3.010.265	5,01
Transferências Correntes	7.431.734	12,37	Subsídios	476.000	0,79
Venda de Bens e Serviços Correntes	7.871.311	13,10	Outras Despesas Correntes	106.000	0,18
Outras Receitas Correntes	50.000	0,08			
Total Receitas Correntes	42.340.045	70,45	Total Despesas Correntes	38.399.615	63,89
Venda de Bens de Investimentos	200.003	0,33	Aquisição de Bens de Capital	19.938.934	33,17
Transferências de Capital	5.707.338	9,50	Transferências de Capital	519.076	0,86
Passivos Financeiros	11.830.238	19,68	Activos Financeiros	150.000	0,25
Outras Receitas de Capital	1	0,00	Passivos Financeiros	1.095.000	1,82
Total Receitas de Capital	17.737.580	29,51			
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	25.000	0,04	Total Despesas de Capital	21.703.010	36,11
Total de Receitas	60.102.625	100,00	Total de Despesas	60.102.625	100,00

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de € 3.940.430,00 (três milhões, novecentos e quarenta mil e quatrocentos e trinta euros) que financia despesas de capital, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental.

O total da despesa com pessoal situa-se em 46,4% das receitas correntes previstas arrecadar em 2008, cumprindo assim os preceitos legais do Decreto-Lei 116/84, de 16 de Abril.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam os valores do quadro seguinte:

OBJECTIVO	2009		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	3.879.204	3.879.204	
Serviços Gerais da Administração Pública	2.862.204	2.862.204	
Segurança e Ordem Públicas	1.017.000	1.017.000	
Funções Sociais	25.963.856	24.327.856	1.636.000
Educação	9.406.173	9.215.173	191.000
Saúde	80.250	80.250	
Segurança e Acção Social	90.300	90.300	
Habitação	495.912	370.912	125.000
Ordenamento do Território	263.795	263.795	
Saneamento	5.910.420	5.160.428	750.000
Abastecimento de Água	2.653.548	2.453.548	200.000
Resíduos Sólidos	1.701.605	1.331.605	370.000
Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	841.842	841.842	
Cultura	3.327.175	3.327.175	
Desporto, Recreio e Lazer	1.192.828	1.192.828	
Funções Económicas	5.359.820	5.199.820	160.000
Indústria e Energia	895.000	735.000	160.000
Transportes e Comunicações	3.819.040	3.819.040	
Comércio e Turismo	361.730	361.730	
Outras Funções Económicas	284.050	284.050	
Outras Funções	2.215.392	2.215.392	
Total	37.418.272	35.622.272	1.796.000

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **proponho** a aprovação do Orçamento para o ano económico de 2009 e as Grandes Opções do Plano 2009/2012, e posterior envio a deliberação da Assembleia Municipal.»

Em seguida, transcreve-se a introdução ao Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012 a que a Sr.ª presidente alude antes de passar a palavra aos Srs. vereadores:

“A proposta de Orçamento para 2009 e as Grandes Opções do Plano 2009-2012 reflectem a concretização de um ciclo de investimentos e acções municipais que integram o Programa de Trabalho deste mandato, cumprindo os compromissos assumidos com a população do concelho de Palmela.

Os documentos previsionais agora apresentados dão, ainda, resposta a prioridades que o desenvolvimento local vem revelando e à assumpção de novas responsabilidades, quer por imposição legal, quer no contexto de projectos em que a Câmara Municipal se assume como parceira.

Neste contexto, o ano de 2009 será ainda um período de conclusão de um conjunto significativo de investimentos já em curso ou em fase de arranque, de onde se destaca a construção e remodelação de infra-estruturas, a pavimentação de rede viária em espaços rurais, a ampliação e renovação do parque escolar e a qualificação de espaços públicos e equipamentos municipais.

No domínio da Educação, destacam-se, a construção das EB1 de Poceirão e EB1/JI em Val’Flores – Pinhal Novo, e a ampliação e remodelação da EB1/JI de Pinhal Novo nº 2 (Salgueiro Maia).

A execução de redes de saneamento básico e /ou abastecimento de água assumem particular relevância em Lagoinha (1ª fase), Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha, Pinhal Novo e Brejos do Assa.

As pavimentações e repavimentações beneficiarão, sobretudo, os espaços rurais, com destaque para Cajados, Cabanas, Venda do Alcaide, Palhota, Carregueira e Fonte da Vaca, Olhos de Água e Lagameças.

A recuperação do edifício do Cine-Teatro S. João, o início do projecto das infraestruturas e pavimentação da Azinhaga dos Carvalhos e a execução da rotunda na Estrada Nacional 379/Aires são outros grandes investimentos que integram esta proposta de Orçamento.

O ano de 2009 será também um ano-chave de clarificação e projecção dos próximos quatro anos, sendo a revisão do PDM um instrumento fundamental desse processo, onde pesará também o grau de desenvolvimento dos novos investimentos públicos e privados (Plataforma Logística, Aeroporto e TGV) no concelho e na região.

Este Orçamento terá o maior valor de sempre, com um montante global de 60,1 milhões de euros. Do total da receita orçamentada, 17 milhões de euros são receitas extraordinárias provenientes da utilização de empréstimos de médio prazo (11,8 milhões de euros), de participações do QREN, no âmbito de projectos candidatados pelo Município (3,2 milhões de euros), da utilização de garantias bancárias por posse administrativa de alvarás de loteamento (1,5 milhões de euros) cuja conclusão de infra-estruturas a Câmara assume em substituição dos promotores e 500 mil euros de transferência do Ministério da Administração Interna para pagamento do novo quartel da Guarda Nacional Republicana em Palmela.

As crescentes necessidades ditadas pelo próprio desenvolvimento do concelho – de que é exemplo claro a área da Educação – colocaram, por outro lado, a Câmara Municipal perante a contingência de reforçar o recurso ao crédito bancário, que permitirá manter confortáveis níveis de investimento, responder aos desafios do crescimento do nosso concelho e à sua afirmação como espaço privilegiado de desenvolvimento económico.

O desenvolvimento das actividades previstas neste documento efectuado em grande parte através de parcerias com os agentes sócio culturais e económicos do nosso concelho, associado à concretização dos investimentos aqui contemplados, contribuem efectivamente para a sustentabilidade do território e a qualidade de vida das populações do nosso concelho.

A todos os que de uma forma directa ou indirecta vão contribuir para a concretização deste Plano o nosso reconhecimento e incentivo.”

A Sr.ª presidente dá a palavra aos Srs. vereadores para intervirem sobre a proposta de Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012 numerada 1/DAF/26-2008:

O **Sr. vereador José Braz Pinto** cumprimenta a Sr.ª presidente, Srs. vereadores, técnicos da Câmara Municipal, jornalistas e munícipes.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** menciona que tem sempre alguma dificuldade em discutir o Orçamento, porque é preciso estabelecer relações entre dados que sejam comparáveis e, neste momento, tem na sua posse quatro Orçamentos do mandato em curso e apenas duas Prestações de Contas (relativas aos anos de 2006 e 2007).

Seguidamente, o **Sr. vereador José Braz Pinto** faz a sua intervenção nos seguintes moldes, sendo que a sua exposição reflecte a opinião dos vereadores do P.S.:

“Um orçamento é o documento maior de qualquer colectivo. Nele se devem de reflectir as Grandes Opções, nele se deve ler claramente o planeamento executado, nele se deve encontrar a direcção que a entidade quer tomar.

Um orçamento não pode ser um mero exercício contabilístico, casuístico ao sabor das pressões políticas do momento.

Estamos a discutir o último Orçamento e Grandes Opções do Plano deste mandato. Gostaríamos que ele reflectisse o que dissemos. Gostaríamos que ao longo destes quatro orçamentos que discutimos tivéssemos encontrado as opções, os planeamentos e as direcções, mas tal não aconteceu. Gostaríamos de ser inovadores e puder apresentar palavras de esperança, mas não sabemos se por falta de imaginação nossa ou criatividade do executivo, não temos inovação, e os argumentos citados ao longo destes três anos de debates sobre os Orçamentos que têm sido aprovados, continuam actuais.

Na discussão do Orçamento para 2006, chamámo-lo de injusto, desequilibrado e inconsequente e, neste momento, perguntamos o que é que se pode dizer nesta discussão do Orçamento para 2009, quando se fazem investimentos incluídos nos empréstimos contraídos que assim foram distribuídos por freguesias:

- . Palmela fica com um investimento de 3.300.000,00 €;*
- . Pinhal Novo fica com um investimento de 6.200.000,00 €;*
- . Quinta do Anjo fica com um investimento de 800.000,00 €;*
- . Marateca fica com um investimento de 1.600.000,00 €;*
- . Poceirão fica com um investimento de 800.000,00 €.*

Continuamos a afirmar que o Orçamento é injusto pelos mesmos argumentos usados na altura. As freguesias mais deprimidas continuam a ser quase ignoradas nos grandes investimentos. Fica-lhes a esperança que os privados criem a dinâmica que a Câmara Municipal não conseguiu nem quis lançar. O que devemos dizer de um orçamento que não define eixos de desenvolvimento. Que prevê um investimento do centro histórico diminuto. Que prevê um investimento no turismo quase insignificante. Que não prevê dinamização da vitivinicultura quando os vitivinicultores se queixam. Alguns deles não podem legalizar as suas adegas pela carga dos impostos municipais que lhe são aplicados. Só podemos dizer deste Orçamento que ele é desequilibrado e inconsequente, não tem uma visão para o futuro e o desenvolvimento económico do concelho não é prospectivo.

Na discussão do Orçamento para 2007, chamávamos a atenção para a falta de rigor orçamental e advertíamos que a estrutura do município é muito pesada e tem ficado mais pesada ano após ano. O que podemos dizer quando verificamos no Orçamento para 2009, que os encargos com pessoal do quadro têm progredido de ano para ano em média de 4,32%, isto é superior aos encargos com os aumentos. Os encargos com pessoal

contratado têm progredido em média 13,49%, quando seria de esperar que face à subida dos encargos com o pessoal do quadro esta rubrica tivesse diminuído. O pessoal em qualquer outra situação mantém-se com valores mais ou menos estáveis. Poderíamos pensar que tendo crescido os encargos com Pessoal do Quadro, pudéssemos ter menos encargos com Estudos, Pareceres e Projectos que afinal crescem à taxa média anual de 11,67%, com grande inflação neste ano. Poderíamos pensar que os Outros Trabalhos Especializados não crescessem, mas a sua taxa de crescimento média anual é de 16,9%, sendo que o crescimento referente ao ano passado é de cerca de 30%. Tudo isto nos leva a reafirmar que a estrutura da Câmara Municipal é demasiado pesada e continua a crescer sem ganhos de eficácia e de eficiência. Isto é falta de rigor.

Na discussão do Orçamento para 2008 reafirmámos as análises dos anos anteriores, provámos que a injustiça continua na distribuição dos investimentos e que havia falta de planeamento estratégico. Na discussão do Orçamento para 2009, para além de reafirmar tudo o que dissemos nos anos anteriores, diremos que é falta de rigor programar obras que tendo sido incluídas em Orçamentos anteriores acabaram por ser realizadas através do endividamento, no último ano de mandato. Se as obras eram necessárias no passado, dada a capacidade de endividamento da Câmara, a sua realização poderia ter acontecido em qualquer momento, certamente com benefício para as populações, porque não aconteceu? Falta de rigor é manter uma estrutura pesada sem ganhos de eficácia e de eficiência. Falta de equilíbrio e inconsequência é vermos o novo Orçamento onde o Turismo é totalmente esquecido, é vermos um Orçamento onde não se vê um estímulo às produções autóctones no nosso concelho.

Srs. munícipes, companheiros de mesa estamos a cumprir mais um ritual. O executivo apresenta documentos que não têm mudanças ou alterações de fundo, a oposição continua com a mesma argumentação face aos quadros repetidos. O Orçamento, graças à maioria existente, irá ser aprovado. A comunicação social vai agarrar-se aos grandes números, mas das posições da oposição pouco mais dirá que o sentido de voto. Mas nós, oposição, continuaremos a afirmar: estamos perante um Orçamento de circunstância que cumpre calendários, mas que não se suporta em análises e planeamentos de fundo e, neste sentido, só pode merecer o nosso voto contra.”

O **Sr. vereador Octávio Machado** cumprimenta a Sr.^a presidente, Srs. vereadores, membros da comunicação social e público em geral.

O **Sr. vereador Octávio Machado** começa por referir que o Orçamento é uma previsão, uma previsão que pode ser concretizada ou não de acordo com diferentes factores. Por isso mesmo existem instrumentos de trabalho que são as alterações orçamentais e só na

fase da aprovação do documento de Prestação de Contas é possível aferir o que foi ou não cumprido. Tal como a Sr.ª presidente afirmou, este é o maior Orçamento de sempre, e isso deve-se ao facto de ele conter o valor dos empréstimos. Votou favoravelmente as propostas relativas à contracção dos empréstimos bancários, porque considera premente a execução das obras que vão ser realizadas por via dessa contratualização. É de opinião que as necessidades das populações devem estar em primeiro lugar. Tal como o Sr. vereador José Braz Pinto referiu, as obras deviam ter sido executadas mais cedo, mas como diz o ditado *“mais vale tarde do que nunca”*.

Menciona que é verdadeira a afirmação de que os resultados do Orçamento têm muito a ver com a envolvência da equipa que o vai dinamizar. Aquando da aprovação da Prestação de Contas foi reconhecida pela Autarquia uma certa ineficácia que existiu. Opina que se todos forem capazes de contribuir e de envolver todas as pessoas, em termos de complementaridade, a eficácia tão exigida e a eficiência tão necessária permitirão que este Orçamento se concretize. Embora este não seja o seu Orçamento e não concorde totalmente com este documento, a verdade é que ele transporta consigo algumas virtudes e também alguns defeitos. O cumprimento das acções inscritas no Orçamento vai permitir continuar com os investimentos na Educação e levar à prática a recuperação do património em estado de degradação notório.

Finaliza dizendo que o seu sentido de voto em relação à proposta em apreço será a abstenção.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** saúda a Sr.ª presidente, Srs. vereadores, técnicos da Autarquia, membros da comunicação social e público em geral.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que o Sr. vereador José Braz Pinto já explanou genericamente as posições dos vereadores do P.S..

Menciona que na sua intervenção vai fazer menção a algumas constatações, bem como à formulação de questões objectivas. A sua intervenção é efectuada nos seguintes termos:

. No seu entender este Orçamento está feito à medida do último ano de mandato. Este é um Orçamento mediaticamente trabalhado, no sentido de concretizar uma grande parte das promessas eleitorais.

. O ano de 2009 é o ano de todas as receitas financeiras. Nunca a Câmara Municipal de Palmela teve um Orçamento que atingisse os 60 milhões de euros, nem nos tempos áureos do presidente Carlos de Sousa. Esteve a compilar vários Orçamentos relativos a anos anteriores e verificou que nunca a receita atingiu estas proporções. A Câmara Municipal de Palmela nunca teve um Orçamento tão elevado que permitisse fazer tanta

obra como o é o Orçamento para 2009. Mas, também, nunca Palmela ficou tão endividada como agora. E, é neste aspecto em concreto que os vereadores em representação do P.S., que são oposição nesta Autarquia, fazem incidir a sua discordância. A Câmara Municipal de Palmela vai pagar durante o ano de 2009, em amortizações e juros, cerca de 1,7 milhões de euros, sendo que 637 mil euros respeitam a unicamente a juros.

. Tem a fazer um comentário que é dirigido à Sr.ª presidente com toda a deferência que sempre lhe dá: é com muita atenção que costuma ler as Introduções ao Orçamento e GOP deste mandato e tem a reparar que, de há quatro anos a esta parte, a introdução do Orçamento plasma o pensamento ideológico da Câmara. Vem a constatar que as grandes linhas orientadoras que vinham sendo plasmadas deixaram de existir. A Sr.ª presidente está muito socrática, ou seja, está pragmática: diz o que é e não explana mais nada. Deste modo, ele fica com mais dificuldade em comentar. Repara que, pela primeira vez, na Introdução há um esquecimento à função dos trabalhadores da Câmara Municipal. Em todas as Introduções relativas aos Orçamentos dos anos de 2006, 2007 e 2008, a Sr.ª presidente da Câmara referencia a importância e a valorização que os trabalhadores da Câmara Municipal têm na realização e na colocação em prática dos respectivos Orçamentos, mas na presente Introdução é feita somente uma generalização *“a todos os que de uma forma directa ou indirecta vão contribuir para a concretização deste Plano o nosso reconhecimento e incentivo”*.

. A proposta menciona que o I.M.I. (Imposto Municipal sobre Imóveis) sofre uma redução de 7,3%. Ressalva que esta redução não é em relação ao valor do Orçamento para 2008, porque em relação ao valor do Orçamento de 2008 a verba proveniente do I.M.I. aumenta 1,3 milhões de euros. Constata ainda que os 7,3 milhões de euros orçamentados para 2007 são inferiores ao valor que se prevê arrecadar para este ano, que são 7,9 milhões de euros.

. Muito frequentemente a maioria C.D.U. fala sobre o Poder Central, muitas das vezes até com propriedade para o fazer. Considera que, neste momento, o Poder Central está a ser “generoso” para Palmela. Depois de aumentar as transferências do Orçamento Geral do Estado ao abrigo da Lei das Finanças Locais num total de mais de 8 milhões de euros, num acréscimo que se cifre em 5%, tem ainda de se incluir as verbas provenientes do Q.R.E.N. (Quadro de Referência Estratégico Nacional), para além das que vêm por via do programa P.A.R.E.S. (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) e do P.I.D.D.A.C. (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). Enaltece o engenho com que foram feitas as candidaturas ao Q.R.E.N..

. As despesas com Pessoal crescem acima da inflação prevista. O que lhe cumpre relevar é que dos 1.041 trabalhadores que a Autarquia tem neste momento continua a recorrer a muitos trabalhos especializados no exterior. Tendo a Câmara Municipal trabalhadores competentes, com capacidade, que são exímios na tarefa que desempenham, qual a razão para se recorrer sistematicamente a trabalhos no exterior. Neste capítulo em concreto, a Câmara Municipal prevê, para 2009, um crescimento de encargos em 3,7 milhões de euros, o que equivale a 17%.

. Na área da promoção Turística estavam orçamentados para 2008, 37.500,00 € e, para 2009, a verba é reduzida para 34.500,00 €.

. Uma intervenção que já estava projectada para 2008 e que se vê adiada para 2009 é a pavimentação de arruamentos no Centro Histórico.

. Também a remodelação do sistema de iluminação do Centro Histórico é adiada para 2009, bem como a aquisição e manutenção de mapas de orientação e identificação patrimonial.

. Nos programas RECRIA, RECRIPH e SOLARIS verifica-se uma redução de 50.000,00 € para 30.000,00 euros.

. Estava à espera de ver contemplado no Orçamento para 2009 e nas GOP 2009-2012 uma verba para elaboração do estudo de sinalização e trânsito no Pinhal Novo, mas só consegue observar um estudo de tráfego com 10.000,00 € previstos para cada ano, de 2009 a 2012. Será que estas verbas se destinam ao estudo de sinalização e trânsito no Pinhal Novo?

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** conclui que no presente Orçamento e GOP continua a faltar planeamento mais eficaz e mais perspectivo e, perante os factos que se apresentam, dificilmente os vereadores do P.S. conseguem argumentar de forma diferente. A análise efectuada ao Orçamento 2009 e GOP 2009-2012 permite-lhe observar que este documento fica muito aquém daquilo que deve ser pedido a um executivo maioritário de uma Câmara Municipal que está inserida na Grande Área Metropolitana de Lisboa.

A **Sr.ª presidente** refere-se ao Orçamento 2009 e GOP 2009-2012 como um documento estratégico relativamente ao ano em curso. É um documento em que são consolidadas, confirmadas e concluídas as prioridades para o mandato.

A **Sr.ª presidente** intervém do seguinte modo:

. Quanto ao reparo feito pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa sobre a omissão da referência aos trabalhadores, afirma que não tem de usar sempre a mesma formulação. Considera que é má vontade do Sr. vereador referir que os trabalhadores estão excluídos do texto da Introdução, porque em rigor o que vem escrito é *“a todos os que directa e indirectamente contribuem para a concretização deste plano, o nosso reconhecimento e o nosso incentivo”*, portanto, das palavras que estão escritas nem sequer se pode deduzir a afirmação feita pelo Sr. vereador.

. Quando o Sr. vereador José Carlos de Sousa refere na sua intervenção o aumento das participações do Estado, o que é objectivamente verdade. Ela própria já o referiu que as verbas provenientes do Orçamento de Estado este ano crescem 5%. Não pode é de maneira nenhuma concordar com o Sr. vereador quando ele afirma que as participações do Estado aumentam por via do Quadro de Referência Estratégico Nacional, porque o Q.R.E.N. não é dinheiro do Orçamento de Estado, mas sim da União Europeia. Sublinha que os milhões de euros de participações no âmbito do Q.R.E.N. devem-se ao esforço que o Município de Palmela fez ao investir em técnicos e em projectos com qualidade que conseguem obter o aval para serem participados. A participação da União Europeia ascende a um valor superior a 3 milhões de euros para projectos que a Câmara Municipal de Palmela soube apresentar e preparar.

. Os empréstimos bancários são recursos que estão à disposição e que se forem utilizados em favor das populações e em investimentos concretos para aumentar a qualidade de vida das pessoas são uma fonte de financiamento legítima. Aliás, se esta possibilidade não fosse defensável, já a mesma teria sido impedida não só por via legal como por via política.

. Corrige uma expressão do Sr. vereador José Carlos de Sousa quando refere que *“nunca a Câmara Municipal de Palmela teve um Orçamento que atingisse os 60 milhões de euros, nem nos tempos áureos do presidente Carlos de Sousa”*. Em rigor: o maior Orçamento que o Município de Palmela teve no foi no tempo do presidente Carlos de Sousa, foi o Orçamento de 2004 que ultrapassou os 50 milhões de euros.

. A concentração do recurso ao crédito neste ano acontece não por motivos eleitoralistas mas, porque até 2007 o recurso a empréstimos estava congelado pela Lei do Orçamento de Estado ao fixar os limites ao endividamento. Os Srs. vereadores José Carlos de Sousa e Octávio Machado referiram-se ao papel dos empréstimos em perspectivas diferentes. Fazendo ela própria uma auto-crítica relativamente à contracção/utilização dos empréstimos pois o empréstimo contratualizado em 2007, sofreu alguns atrasos na sua utilização por atrasos na execução das obras. Afirma que a concentração das obras a

realizar por via dos empréstimos bancários no último ano do mandato não tem qualquer objectivo eleitoralista, pelo contrário o ideal seria que a execução das obras já tivesse acontecido em anos anteriores.

. Quanto à observação proferida pelo Sr. vereador José Braz Pinto sobre a falta de estratégia e de inovação por parte da maioria do executivo em gestão, tem a mencionar que a Câmara Municipal não está a definir a estratégia para o mandato, mas sim a concluir a estratégia do mandato. As opções de fundo definidas foram: o investimento na área da Educação, o reforço das infra-estruturas e a melhoria e qualificação dos espaços públicos. E justiça seja feita: os Orçamentos da Câmara Municipal têm valorizado as intervenções nestas áreas.

. O Sr. vereador José Braz Pinto considera o Orçamento “desequilibrado” e “injusto” e utiliza como argumento a forma como são distribuídas as verbas por freguesias. De acordo com os números que o Sr. vereador apresenta há uma contradição no raciocínio quando refere que as freguesias rurais são alvo de um menor investimento, até porque a freguesia de Quinta do Anjo é muito mais povoada do que outras freguesias do concelho e recebe um determinado investimento. Esse argumento de que a Câmara Municipal mantém as assimetrias nas freguesias e de ser injusta em relação às freguesias mais pequenas é uma situação na qual este Orçamento não se revê.

. Quando se insiste em que a Autarquia despense muitas verbas na área dos *Trabalhos Especializados* quando tem técnicos ao serviço que podiam fazer esses trabalhos, tem a esclarecer que nos *Trabalhos Especializados* estão basicamente contidos os pagamentos à SIMARSUL e AMARSUL que ascendem a mais de 3 milhões de euros.

. Considera perfeitamente natural que os encargos com Pessoal continuem a aumentar, pelo simples facto de que é incontornável a questão do conjunto de responsabilidades que as Autarquias têm de assumir nos dias de hoje. A concretizarem-se novas decisões em matéria de Educação para a competência das Autarquias será inevitável não se realizarem novas contratações, na medida em que a Câmara Municipal tem de fazer face às responsabilidades e competências que lhe estão cometidas. Nos últimos anos têm as Autarquias visto as suas responsabilidades aumentar e por isso têm que se preparar do ponto de vista dos recursos técnicos e particularmente dos recursos humanos.

. Discorda em absoluto da crítica feita pelo Sr. vereador José Braz Pinto quando faz referência à falta de apoios da Câmara Municipal em relação ao sector da vitivinicultura. Uma análise à gestão da Autarquia permite verificar a realização de projectos concretos na promoção de vários produtos de diferentes actividades, neles se incluindo a vitivinicultura.

Para o próximo ano e à semelhança do que vem acontecendo desde há vários anos vão continuar a realizar-se acções e projectos que visam a promoção dos produtos locais.

. Em relação ao Centro Histórico da vila de Palmela é verdade que a Câmara Municipal ainda não fez as intervenções que queria. Aproveita para informar que relativamente ao Centro Histórico está em preparação um projecto de grande dimensão que será alvo de uma candidatura a formalizar no âmbito do Q.R.E.N..

O **Sr. vereador Adilo Costa** cumprimenta todos os presentes.

O **Sr. vereador Adilo Costa** menciona que nas rubricas de *Outros Trabalhos Especializados* estão incluídas acções, como sejam, a execução da ETAR da Lagoinha, a execução da ETAR do Afonsoeiro, a execução do emissário da Venda do Alcaide, para além de que são classificadas como *Despesas Correntes* a nível do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

Acrescenta que a acompanhar cada investimento que a Câmara Municipal faz é necessário garantir a sua manutenção, o que também acarreta despesas correntes. E dá como exemplos: a abertura de uma escola ou de uma biblioteca.

Menciona que em relação aos encargos com Pessoal é necessário atender ao grande volume de encargos com Saúde, assim como às progressões e reclassificações dos trabalhadores.

Relativamente ao endividamento da Autarquia, observa que o serviço da dívida de 2009 é exactamente o mesmo que o serviço da dívida em 2002 (1,7 milhões de euros). Sublinha que a Câmara Municipal de Palmela não está a contrair empréstimos para pagar a fornecedores, até porque é boa pagadora.

Alude a uma expressão usada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa "*este Orçamento está feito à medida do último ano de mandato*". Pretende deixar bem claro que a maior parte das obras que serão realizadas no ano de 2009 nem sequer são alvo de inauguração e refere-se exactamente às empreitadas para execução de infra-estruturas (estas obras representam 15,8% das GOP para o ano de 2009).

O **Sr. vereador Octávio Machado** refere que é importante afirmar que não se vai desviar um milímetro que seja da maneira como se apresentou às eleições autárquicas para o mandato em curso. Mantém a mesma postura em relação ao Poder Local e ao Poder Central. Tem por lema não falar de política nacional mas, fala da política local e envolve-se nela. É com apreço que regista a execução do novo Quartel para a G.N.R. de Palmela, bem como a execução do Posto de Saúde em Pinhal Novo.

Finaliza que a sua postura pode até merecer críticas por parte de alguns dirigentes do P.S.D., mas o problema é unicamente deles, porque ele nasceu em Palmela, vive no concelho de Palmela, investiu no concelho de Palmela, está envolvido com a sociedade civil no concelho de Palmela e não escolheu o concelho de Palmela para vir simplesmente dormir ao fim-de-semana ou ocupar um cargo político.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere-se ao facto de a Sr.^a presidente ter assumido que existem obras para as quais foi contraído o empréstimo bancário em 2007 e que sofreram uma derrapagem no tempo. Não pode deixar de mencionar que nesta lista constam a obra do Mercado Municipal de Pinhal Novo e a obra da Rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo.

Ressalta uma observação que contraria aquilo que tem sido o discurso emergente da Câmara ao referir que o ano de 2009 é o ano em que a dívida atinge o patamar máximo, na medida em que os encargos, neste capítulo em concreto, atingem em 2009 – 1,7 milhões de euros, em 2010 – 1,8 milhões de euros e em 2011 – 1,94 milhões de euros. Julga não estar a fazer nenhuma leitura incorrecta dos números que são apresentados.

Pretende esclarecer que não usou de malícia quando se referiu ao facto de a Introdução ser omissa quanto à referência que a Sr.^a presidente habitualmente faz aos trabalhadores da Câmara Municipal, pois entende que na menção *“a todos os que de uma forma directa ou indirecta vão contribuir para a concretização deste Plano o nosso reconhecimento e incentivo”* se englobam efectivamente os trabalhadores da Autarquia e todos os que não estando directamente na sua estrutura contribuem para a prossecução dos seus objectivos.

Em relação ao dinheiro arrecadado por via do Q.R.E.N. não quer tecer comentários sobre se as verbas são do Estado ou não, mas o facto é que é o Estado que concorre para que as Câmaras Municipais e as outras entidades possam ter a possibilidade de se candidatarem.

A **Sr.^a vereadora Adília Candeias** saúda todos os presentes na sala.

A **Sr.^a vereadora Adília Candeias** começa por referir que estava a tentar resistir a algumas das expressões utilizadas pelo Sr. vereador José Braz Pinto, mas é importante esclarecer várias questões.

Relativamente à intervenção feita pelo Sr. vereador José Braz Pinto de que há falta de rigor orçamental importa deixar claro que é uma afirmação falsa. Em bom da verdade é a própria Sr.^a presidente que já tem mencionado que a Autarquia atingiu, este ano, um valor muito elevado de receitas. Os Srs. vereadores do P.S. continuam a insistir nos mesmos

argumentos quanto à falta de rigor e na injusta distribuição de verbas por freguesias. Dirá mesmo que em parte alguma do Orçamento se revê que a Câmara Municipal pretere alguma das freguesias mais rurais. Aliás, as freguesias mais rurais têm características muito específicas. As freguesias de Marateca e Poceirão juntas têm quase a mesma população que tem a freguesia de Quinta do Anjo. Observa que a construção de uma escola nas freguesias de Marateca ou Poceirão necessita de um valor menos elevado do que, por exemplo, a execução de uma escola em Palmela, atendendo à população escolar que vai servir.

Acrescenta que quando o Sr. vereador José Braz Pinto refere a falta de investimento da Autarquia no sector agrícola, importa deixar claro que a política neste âmbito não tem sido definida pela Câmara Municipal. Está em condições de adiantar que a maioria em exercício na Câmara Municipal de Palmela tem estado contra as opções da política agrícola comum. Opina que se tivessem as políticas centrais e comunitárias sido outras hoje, as freguesias rurais teriam outra pujança e outro desenvolvimento da agricultura. Mas, ainda assim, no contexto actual nacional o Ministério da Agricultura continua a designar que a freguesia do Poceirão não é uma zona agrícola desfavorecida. É de opinião que esta freguesia devia ser classificada como zona desfavorecida, atendendo a que os agricultores têm as mesmas necessidades que os demais.

Considera que o Poder Central não está a ser “generoso” para Palmela.

Menciona que para a construção de escolas de 2.º e 3.º ciclo e secundário o Ministério da Educação sempre utilizou os fundos do Q.R.E.N., mas essa possibilidade tem sido sempre negada às Autarquias para a construção de escolas do 1.º ciclo, porque o Governo optou sempre por ficar com as verbas para investimentos a realizar pelo Poder Central. Neste caso cumpriu-se um desígnio que foi o de as Câmaras Municipais puderam candidatar as obras de infra-estruturas ao Q.R.E.N., o que desde há muito vem sendo reivindicado pela A.N.M.P. (Associação Nacional de Municípios Portugueses).

Relativamente ao P.A.R.E.S. (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) considera que há um atraso muito grande do Governo no investimento de áreas que são inteiramente da sua responsabilidade, como são as áreas da saúde, as creches, os lares, os centros de dia e outras valências como, por exemplo, as valências dos centros de acolhimento. Houve um deficiente planeamento da execução das infra-estruturas e actualmente o P.A.R.E.S. veio procurar investir um pouco na região onde é mais necessário.

Relativamente à verbas gastas na rubrica de Pessoal é impossível não haver crescimento, porque os trabalhadores são aumentados (e nem sequer são aumentados à medida das

suas necessidades), e crescem as situações de progressão na carreira. É evidente que as progressões custam dinheiro, mas são importantes porque são incentivos.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** menciona que o facto de repetir as mesmas argumentações dos anos anteriores é porque acredita nelas.

Menciona que ao usar a expressão “rigor orçamental” não se reporta ao rigor contabilístico. Quando se refere ao Pessoal refere-se aos encargos com verbas de salários, porque há outras rubricas para a Segurança Social e outras ainda. Está perfeitamente de acordo que os trabalhadores têm todo o direito a ter expectativas de crescimento na sua carreira, a ter as expectativas de desenvolvimento profissional, simplesmente chama a atenção porque há uma estrutura económica com determinadas receitas e com determinadas despesas que se agravam pelo facto de não existir a necessária cobertura de receitas.

Reporta-se à intervenção da Sr.^a vereadora Adília Candeias quando ela compara as freguesias de Marateca e Poceirão à de Quinta do Anjo. E sobre isto, afirma que a freguesia de Quinta do Anjo já foi também pequena em tempos, mas há determinados factores que induzem o desenvolvimento das regiões e, de facto, quer a freguesia de Quinta do Anjo, quer a freguesia de Pinhal Novo tiveram factores que induziram o seu próprio desenvolvimento. Há outras freguesias que não tiveram esses mesmos factores que pudessem provocar o seu desenvolvimento. Provavelmente as pessoas que vivem nas freguesias rurais também gostariam de ter os bens de qualidade de vida que as outras freguesias vão tendo, e é nesse sentido que tem vindo a lutar.

Em relação às políticas europeias, o **Sr. vereador José Braz Pinto** opina que elas são más para algumas situações e são boas para outras. Às vezes o partido da maioria da Câmara Municipal (C.D.U.) quase afirma que “da Europa só vêm maus ventos”, mas também vem o Q.R.E.N.. O Quadro de Referência Estratégico Nacional foi uma opção política geoestratégica que continua a ser útil para o país, e o que seria do país se não se tivesse tomado essa opção.

Referindo-se ao tema da agricultura, aproveita para convidar a Sr.^a vereadora Adília Candeias e quem mais queira ir, para estar presente na próxima quinta-feira, no Centro Cultural do Poceirão, onde vai ser promovido um debate sobre esta temática, assim como sobre o T.G.V. e discussão de problemas relacionados com a R.E.F.E.R. (Rede Ferroviária Nacional).

Seguidamente, refere-se à intervenção da Sr.^a presidente em relação aos empréstimos bancários e ao facto de ela ter afirmado que os empréstimos são uma opção legítima e

defensável. De facto nunca ninguém ouviu os vereadores do P.S. dizer que não é legítimo contrair empréstimos ou que não era defensável contrair empréstimos, mas que a maioria em exercício saiba usar as oportunidades de empréstimos. E, de facto, já em 2007 a Câmara Municipal poderia ter recorrido a esta figura para realizar obras que tão necessárias são e que foram proteladas para 2009.

O **Sr. vereador José Charneira** cumprimenta todos os presentes.

O **Sr. vereador José Charneira** refere que este Orçamento é o último deste mandato. A C.D.U. vem assumindo a gestão no concelho de Palmela há mais de 30 anos seguramente vai estar mais 30 anos. Tem sido realizado um trabalho continuado. O Orçamento em apreciação reflecte muitos dos compromissos assumidos com a população. No final do mandato far-se-á o balanço do que foi cumprido. É sempre difícil cumprir a 100%.

Considera o Orçamento para 2009 ambicioso em termos do número de obras que se propõe levar à execução e em termos do que se pretende fazer. Para levar à prática este Orçamento, a maioria do executivo conta com os seus trabalhadores. Prepara-se um desafio enorme mais para os trabalhadores do que para eles próprios.

A **Sr.ª presidente** refere que é importantes esclarecer uma questão que o Sr. vereador José Carlos de Sousa colocou e que tem a ver com os empréstimos. O ano de 2009 era o ano em que se acumulava o maior montante de capital em dívida. O serviço da dívida comporta-se de forma diferente, porque nos dois primeiros anos não se paga capital só se pagam juros. Há o chamado período de carência. Depois volta aumentar o valor ao serviço da dívida em 2010 e decresce ligeiramente em 2011, sendo ainda maior do que é no ano de 2009. Sublinha que para o ano de 2009 a Autarquia vai estar a pagar ao serviço da dívida o mesmo que pagava em 2002, o que é significativo. Os valores absolutos são de 1.732.000,00 € em 2009 e 1.700.000,00 € em 2002. Estes dados mostram uma absoluta tranquilidade. Não tem nenhuma reserva relativamente ao futuro. Não quer afirmar que não possa haver uma situação pontual, nomeadamente de no decurso de uma candidatura ao Q.R.E.N. se venha a justificar recorrer a empréstimo bancário para a comparticipação que é do Município, sendo que já não defende da mesma maneira a contracção de um empréstimo de vulto, nomeadamente, até 2011, porque este é um período em que ainda tem algum peso o serviço da dívida.

Afirma que a maioria em gestão na Câmara Municipal de Palmela tem tratado o Orçamento rigorosamente e na directa proporção das suas responsabilidades e possibilidades. Podia ainda falar de outro tipo de investimentos que não têm acontecido no concelho ou que também estão há muitos anos atrasados, essa era outra linha de

discussão possível, mas não foi a opção para conduzir esta discussão. Preferiu concentrar a sua atenção sobre a proposta Orçamento 2009 e GOP 2009-2012. Exige-se naturalmente o esforço e o empenho de todos para que o Orçamento seja cumprido, porque é isso que a população vai julgar no final. Tem profunda convicção de que se vai cumprir.

Para terminar, a **Sr.ª presidente** refere-se à intervenção do Sr. vereador José Braz Pinto sobre o debate de que falou, e que ela presume que se vai organizar por iniciativa do P.S.. É sem dúvida um debate importante. Gostava de sublinhar que a Câmara Municipal tem feito debates com a sua população em todas as reuniões que são promovidas pela Autarquia, nomeadamente, a propósito do projecto “Orçamento Participativo - Presta Contas”.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** acrescenta que no debate que se vai realizar vão estar responsáveis nacionais para responder às perguntas da população.

A **Sr.ª presidente** recorda que há dois anos esteve a deputada Ilda Figueiredo num debate efectuado em Fernando Pó em que se discutiu a questão dos apoios à agricultura e particularmente ao sector do vinho e da vinha.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com o voto contra dos Srs. vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa, e a abstenção do Sr. vereador Octávio Machado.

IV – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO

DIVISÃO DE ATENDIMENTO:

Pela **Sr.ª presidente** foram apresentadas simultaneamente as seguintes propostas:

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal.

PROPOSTA N.º 1/DCA-DA/26-2008:

«No âmbito da implementação dos novos espaços de atendimento, a Câmara Municipal procurou garantir a total acessibilidade e inclusividade destes locais para todos os que ali trabalham ou ali se deslocam. Para a concretização deste objectivo em muito contribuiu a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal que produziu os folhetos em Braille e as

fitas identificadoras para as máquinas de senhas existentes nos diferentes espaços de atendimento da Autarquia.

Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 4, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), à Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, para comparticipação nas despesas que esta entidade suportou com o apoio prestado.»

**PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Portuguesa de Surdos.
PROPOSTA N.º. 2/DCA-DA/26-2008:**

«No âmbito da implementação dos novos espaços de atendimento, a Câmara Municipal procurou garantir a total acessibilidade e inclusividade destes locais para todos os que ali trabalham ou ali se deslocam. Para a concretização deste objectivo em muito contribuiu a Associação Portuguesa de Surdos através da interpretação, para Língua Gestual Portuguesa, dos conteúdos áudio dos filmes que são exibidos nos diferentes espaços de atendimento da Autarquia.

Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 4, do art.º 4º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), à Associação Portuguesa de Surdos, para comparticipação nas despesas que esta entidade suportou com o apoio prestado.»

Submetida a votação a proposta de *Atribuição de apoio financeiro à ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal*, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Submetida a votação a proposta de *Atribuição de apoio financeiro à Associação Portuguesa de Surdos*, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

V – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pela Sr.ª vereadora Adília Candeias foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Mapa de Pessoal para o Ano de 2009.

PROPOSTA N.º 1/DRHO/26-2008:

«A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas procede à eliminação dos quadros de pessoal e à sua substituição por mapas de pessoal anualmente revistos, pondo assim termo aos lugares do quadro que são substituídos por postos de trabalho, os quais por razões objectivas atinentes, designadamente às atribuições dos serviços municipais, aos objectivos fixados e aos recursos financeiros disponíveis poderão em cada ano de execução orçamental ser mantidos, aumentados ou diminuídos.

O modelo de gestão de recursos humanos consagrado na referida Lei, estabelece relativamente a cada ano de execução orçamental que se proceda à planificação das actividades, à elaboração do mapa de pessoal compreendendo a totalidade dos postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das actividades dos serviços, a gestão dos recursos humanos em função do mapa de pessoal e à orçamentação das despesas com pessoal.

Tendo em conta a necessidade de se dar cumprimento às novas regras legais relativas ao mapa de pessoal, no qual se converteu automaticamente por força da Lei, a partir de 01 de Março de 2008, o anteriormente designado quadro de pessoal, a presente proposta de mapa de pessoal para o ano de 2009, foi elaborada em articulação com a proposta de orçamento municipal, prevendo-se no mapa de pessoal o seguinte:

- A descrição das atribuições, competências e actividades que o ocupante do posto de trabalho se destina a cumprir ou a executar, por referência ao regulamento de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Palmela, aprovado pela deliberação de 27 de Fevereiro de 2007, da Assembleia Municipal;
- A indicação dos postos de trabalho preenchidos por trabalhadores contratados por tempo indeterminado, por contratos a termo resolutivo, por requisição a outras entidades públicas, bem como os postos de trabalho a criar, eventualmente a preencher no ano de 2009, por qualquer uma das formas de vinculação jurídica atrás mencionadas;
- Os cargos dirigentes previstos no regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Palmela, criados pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e as carreiras/categorias criadas em resultado da transição das anteriores carreiras/categorias operada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho.

O mapa de pessoal proposto, como resulta do Mapa Resumo dos Postos de Trabalho por cargo/carreira/categoria, em anexo, contém um total de 1172 postos de trabalho, compreendendo 1043 postos de trabalho ocupados, 67 postos de trabalho a criar e 62 lugares cativos, sendo que, no anterior mapa de pessoal a extinguir existiam um total de 1374 lugares.

Relativamente aos postos de trabalho previstos criar, no total de 67, teve-se presente os seguintes factos e circunstâncias:

- A necessidade de suprir necessidades permanentes e temporárias dos diferentes serviços municipais, designadamente nas áreas da educação escolar, transportes escolares, higiene e limpeza urbana, atendimento público, execução dos planos de gestão territorial;
- A existência de 67 trabalhadores na autarquia com mais de 60 anos de idade que, previsivelmente alguns deles passarão à situação de aposentados no decurso do ano de 2009;
- A existência de pelo menos 56 trabalhadores, nas áreas operacionais, com capacidade de trabalho reduzida, medicamente atestada;
- Potenciar a mudança de carreira/categoria e de postos de trabalho dos trabalhadores detentores das competências habilitacionais e profissionais adequadas, sem prejuízo das regras legais aplicáveis.

A promoção de recrutamentos necessários à ocupação de postos de trabalho passa a realizar-se, nos termos da lei, primeiramente de entre os trabalhadores da Administração Pública com relação jurídica de emprego público, constituindo o recrutamento externo a última ratio a que a Administração poderá recorrer para recrutar os meios humanos necessários à prossecução das suas atribuições, pelo que, alguns dos 67 postos de trabalho a criar serão necessariamente preenchidos de entre os trabalhadores que já se encontram ao serviço da Câmara Municipal de Palmela.

Foram ouvidas as associações representativas dos trabalhadores da autarquia.

Assim **propõe-se**, que a Câmara Municipal de Palmela ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 2, do artigo 53º, da referida Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e do artigo 5º, n.º 2, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, delibere aprovar o presente mapa de pessoal para o ano de 2009, bem como o mapa resumo a ele anexo.»

Sobre a proposta de *Mapa de pessoal para o Ano de 2009* numerada *1/DRHO/26-2008* intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que vai ter de se reportar à reestruturação orgânica da Câmara Municipal e ao facto de os vereadores Socialistas terem votado desfavoravelmente a mesma. Seguidamente, tece as seguintes considerações:

. Há um regime que é ligeiramente diferenciado das Autarquias Locais para a Administração Central embora a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro mencione que “(...) *a presente lei define e regula os regimes de vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (...)*” e baliza logo a quem se destina.

. Relativamente aos Mapas de Pessoal é necessário atender ao art.º 5.º que refere: “(...) *os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de um órgão ou de um serviço, carece para o desenvolvimento das respectivas actividades caracterizados em função da atribuição de competência ou actividade que o seu ocupante destina a cumprir ou executar, do cargo, carreira ou categoria a que correspondam, dentro de cada carreira e/ou categoria quando imprescindível da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (...)*”.

. Quanto à orçamentação e gestão das despesas com pessoal o art.º 7.º menciona que “(...) *as verbas orçamentais dos órgãos ou serviço afectas a despesas com pessoal, destinam-se a suportar os seguintes tipos de encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço (...)*”, ou seja, de acordo com o Mapa aprovado e em vigor durante o ano de 2009 “(...) *com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados nos mapas de pessoal aprovados e/ou com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço (...)*”.

. No art.º 6.º, relativo à gestão dos recursos humanos refere: “(...) *face aos mapas de pessoal, o órgão ou serviço verifica que se encontram em funções trabalhadores em número suficiente e insuficiente ou excessivo (...)*”.

. Do Mapa de Pessoal agora apresentado estão a criar 67 postos de trabalho e 62 são cativos, pelo que se depreende que o número de trabalhadores para a Câmara Municipal, neste momento, é insuficiente, porque se isso não acontecesse nem os cativos e nem os postos de trabalho a criar estariam contemplados no Mapa.

. A Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, trouxe alterações. Havia mais de 1.500 categorias e dezenas de carreiras na função pública e, presentemente, reportam-se a três carreiras e a seis categorias.

. Cita o art.º 103: “(...) *relativamente à conversão das requisições, destacamentos excedências ocasionais e especiais e afectações específicas, os actuais trabalhadores requisitados, destacados ocasional ou especificamente, cedidos e em afectação específica de e em algum serviço a que a presente lei é aplicável, transitam para a mobilidade adequada, mobilidade interna (...)*”. Sendo funcionários da Câmara Municipal e estando requisitados em outro lado, de acordo com o que o Director de Departamento de Recursos Humanos e Organização e a Sr.ª vereadora Adília Candeias lhe transmitiu existem 54 elementos nessas circunstâncias.

. Os vereadores do P.S. votaram contra a estrutura orgânica, mas não o vão fazer em relação a este Mapa de Pessoal. Recusam-se a votar a favor, atendendo a que não têm a percepção exacta da necessidade de reforço nas diferentes áreas, nomeadamente ao nível das carreiras e das categorias que lhes estão adstritas, pelo que se vão pautar pela abstenção.

O **Sr. vereador Octávio Machado** refere que vai utilizar uma linguagem futebolística. Efectivamente é uma equipa vai executar a estratégia que é proposta à aprovação. Da dinâmica dessa equipa depende o rendimento, a eficácia e a eficiência da estrutura. As equipas ganhadoras são aquelas que têm dinâmicas de complementaridade. A eficiência e eficácia das equipas alterou-se profundamente. A equipa é mais cara ou mais barata em função dos resultados e estes resultados vão ser analisados aquando da apresentação das contas no final do ano. Acredita que a Autarquia vai ser capaz de dar mais um passo nos ganhos da eficácia e da eficiência, porque confia na equipa. A responsabilidade dos políticos deve ir no sentido de motivar a equipa para o trabalho que terá de ser realizado, tendo em vista os ganhos.

Conclui que vai votar favoravelmente a proposta em apreço, porque mais importante do que os seus interesses individuais é o interesse de um colectivo.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** refere que relativamente aos lugares cativos não há na lei nenhuma indicação de como este assunto deve ser tratado, e também não há nada na lei que indique como é que as Autarquias devem tratar os funcionários destacados em outras Autarquias. A Câmara Municipal de Palmela entendeu prever no Mapa de Pessoal os funcionários que estão destacados em outras Autarquias. No caso concreto dos

dirigentes em exercício na Câmara Municipal a grande maioria deles são quadros superiores e previu-se os lugares nas respectivas carreiras.

Mais refere que o Mapa de Pessoal em discussão, foi fruto da interpretação da legislação. Pretendeu-se tornar o Mapa de Pessoal tão transparente quanto possível.

Acrescenta que relativamente às carreiras, de acordo com a lei existem unicamente três carreiras profissionais. A carreira técnica superior não se desdobra por nenhuma carreira, logo os dirigentes que estão em comissão de serviço têm lugar cativo nesta lista. A carreira de assistente técnico desdobra-se pela categoria de coordenador técnico e de assistente técnico. A carreira de assistente operacional desdobra-se por três categorias: encarregado geral operacional, encarregado operacional e assistente operacional. Foi com base nestas carreiras que vão existir, a partir de 01.Janeiro.2009, que a Câmara Municipal propõe a ocupação de 67 postos de trabalho. Foram identificadas as necessidades dos serviços como prementes e urgentes para o ano de 2009.

Menciona que a Câmara Municipal optou por não prever prémios de desempenho, mas sim fazer o reposicionamento da carreira de todos os trabalhadores que tiveram o seu escalão congelado e que estavam no topo da carreira como, por exemplo, os auxiliares administrativos e os auxiliares de serviços gerais e que, neste momento, estão em condições de ser reposicionados nas carreiras.

A **Sr.ª presidente** menciona que a presente proposta tem a ver com a alteração da legislação. A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, impõe a obrigatoriedade da aprovação do Mapa de Pessoal. Este trabalho implicou um processo de construção para a direcção dos Recursos Humanos desta Autarquia. Ao longo dos anos vai-se procurar aperfeiçoar o mais possível este instrumento que a partir de agora faz parte dos instrumentos de gestão da Câmara Municipal.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

“Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se porque não conseguiram enquadrar na Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nomeadamente nos artigos 5.º e 7.º, a forma de apresentação da figura de “cativo” no mapa resumo dos postos de trabalho cargo/carreira/categoria.”

VI – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

VI.I. – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Pela Sr.ª vereadora Adília Candeias foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Programa de Alimentação Escolar – 2008/2009 – Atribuição de apoio financeiro à Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º de Janeiro da Lagoa do Calvo.

PROPOSTA N.º 1/DEIS-DE/26-2008:

«A Câmara Municipal de Palmela no exercício das suas atribuições e competências garante, aos alunos do 1.º ciclo e crianças da educação pré-escolar, da rede pública, o acesso a refeições através do desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar.

Na EB1/JI de Lagoa do Calvo aquele programa concretiza-se nas instalações da Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º de Janeiro da Lagoa do Calvo. A parceria com a Colectividade verifica-se ao nível da cedência de espaço onde decorre o fornecimento de refeições, em tempo lectivo.

Face ao exposto, e considerando a importância que esta parceria assume no contexto escolar e de acordo com a alínea b), do n.º 4, do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, **propõe-se** a atribuição de apoio financeiro no valor de € 2.000,00 (dois mil euros), que se destina ao pagamento de despesas inerentes à utilização do espaço, designadamente encargos com água, electricidade e conservação do mesmo e referente ao ano lectivo 2008/2009.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

VI.II. – DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL:

Pela Sr.ª vereadora Adília Candeias foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Centro Social de Palmela, no âmbito do trabalho desenvolvido com Jovens e Famílias do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º 1/DEIS-DIS/26-2008:

«Considerando a necessidade de corrigir e prevenir situações de exclusão social e pobreza, no concelho de Palmela, em Julho de 2002, a Câmara Municipal cedeu ao Centro

Social de Palmela, a utilização de uma moradia, sita na Estrada da Moita, n.º 643 – 2955 Palmela, para a instalação de um Espaço de Formação para Mulheres utentes do Rendimento Mínimo Garantido de Palmela e Desempregados de Longa Duração, Espaço de Formação para Jovens, Um Gabinete de apoio à Empresa de Inserção e um Gabinete da REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal, tendo para o efeito celebrado um Protocolo de Colaboração.

Tendo em conta o término de alguns projectos desenvolvidos pelo Centro Social de Palmela no âmbito do protocolo existente e considerando a necessidade de intervenção em novas áreas sociais, de forma a garantir a continuidade do trabalho desenvolvido pela Instituição, nomeadamente com a criação de novas valências que dão respostas às necessidades actuais dos Jovens e Famílias do concelho, **propõe-se** nos termos da alínea b), do n.º 4, do art. 64º e art. 67º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação da minuta de Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Centro Social de Palmela, com a seguinte redacção:

ADENDA

“Para efeitos da aplicação do n.º 1 do presente Protocolo (utilização da moradia), a 1.ª Outorgante, cede ao 2º Outorgante a utilização da mesma, para instalação de:

- *CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental "Escuta";*
- *Espaço Familiar de "Escuta";*
- *Outras respostas na área da prevenção de perigo, acompanhamento e tratamento e de apoio a famílias, jovens e crianças do Concelho de Palmela;*
- *Espaço de Juventude do Centro Social de Palmela "OKUPA";*
- *Espaço de Psicologia de Palmela - Atendimento e acompanhamento psicológico a crianças, jovens e adultos;*
- *Arquivo morto do Centro Social de Palmela.*

A presente adenda produz efeitos a partir do dia 27 de Novembro de 2008.”»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

VII – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

DIVISÃO DE DESPORTO

Pelo **Sr. vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 9 – Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela Desporto, E.M. – Exercício 2009.

PROPOSTA N.º 1/DCD-DD/26-2008:

«No seguimento da deliberação do Conselho de Administração da Palmela Desporto, E.M., de 17 de Novembro de 2008, foi remetida à Câmara Municipal de Palmela, para apreciação, a proposta de instrumentos de gestão previsional desta empresa municipal para o ano de 2009.

Os referidos instrumentos de gestão são constituídos por: Plano de Actividades, Plano Plurianual de Investimentos para 2009-2012, Balanço e Demonstração Previsionais, Notas Anexas às Demonstrações Previsionais, Orçamento de Exploração dividido em Orçamento de Custos e Orçamento de Proveitos, Orçamento Previsional de Tesouraria, os pareceres do Fiscal Único e do Conselho Geral e a proposta de Subsídio à Exploração – Cálculo/Memória Descritiva.

Os documentos que se apresentam reflectem a actividade prevista da empresa para 2009, enquadrando o seu objecto social e as orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal de Palmela.

Realça-se, novamente, a proposta de redução do subsídio à exploração que, para 2009, diminui em cerca de 23 mil euros comparativamente com 2008, ou seja, uma diminuição de 4,7%. O montante relativo ao subsídio à exploração representa cerca de 28% do montante total das receitas da empresa.

Assim, de acordo com a alínea a) do n.º 2, do artigo 39º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e com os Estatutos da Palmela Desporto, E.M., **propõe-se** a aprovação dos instrumentos de gestão previsional da empresa, relativos ao ano de 2009, que se apresentam em anexo:

- Plano de Actividades;
- Plano Plurianual de Investimentos para 2009-2012;
- Balanço e Demonstração Previsionais;

- Orçamento de Exploração dividido em Orçamento de Custos e Orçamento de Proveitos;
- Orçamento Previsional de Tesouraria.»

**Sobre a proposta de *Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela Desporto, E.M.*
– *Exercício 2009* numerada *1/DCD-DD/26-2008* intervieram:**

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que a formulação da apresentação dos instrumentos de gestão previsional é a mesma que já foi apresentada no ano anterior com os quatro objectivos que vêm inseridos no Plano de Actividades: Promoção e Desenvolvimento Desportivo, Desenvolvimento de Actividades Complementares, Qualidade de Condições de Prática e Desenvolvimento Organizacional.

Mais refere que da análise aos documentos apresentados pode-se concluir que:

- o orçamento de 1.688.121,00 € é um pouco maior do que o do ano anterior que foi de 1.597.292,00 €;
- o resultado líquido aumenta de 12.692,00 € para 19.516,00 €;
- as prestações de serviços aumentam de 1.050,00 € para 1.162,00 €;
- o subsídio à exploração tem uma redução, porque diminui a dependência da Câmara e nota-se alguma auto-suficiência por parte da Palmela Desporto, E.M.. Recorda que a dependência da Palmela Desporto em relação à Autarquia dependia no ano de 2001 em 51% e actualmente depende em 28%.
- aumentam necessariamente os custos com pessoal;
- o Plano Plurianual de Investimentos enumera, em termos de investimentos, as acções que estão previstas para o exercício de 2009 e que totalizam 125.516,00 €;
- o parecer do fiscal único realça a menor dependência da Palmela Desporto relativamente à Câmara Municipal e o Conselho Geral da Palmela Desporto, E.M., também se pronunciou favoravelmente.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** começa por registar o “esforço” que o Sr. vereador Adilo Costa teve de fazer para apresentar com o optimismo como o fez a proposta de Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela Desporto.

Questiona sobre se as orientações estratégicas seguidas pela Palmela Desporto são definidas pela Câmara Municipal de Palmela.

Menciona que é um facto que as verbas propostas pela Câmara Municipal à Palmela Desporto têm vindo a diminuir, mas também é um facto que, desde 2006, é praticado um subterfúgio legal, que é assumido por todos os envolvidos, em que a Câmara Municipal

delibera atribuir apoios financeiros à Palmela Desporto pela utilização que os clubes fazem dos equipamentos desportivos que são geridos por esta Empresa Municipal. Ainda na última reunião de Câmara foi aprovada uma proposta neste sentido, cujo valor total foi de 55.000,00 €.

Acrescenta que os vereadores do P.S. têm alguma dificuldade em vislumbrar melhorias.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** tece ainda as seguintes considerações:

. Não vê razões que justifiquem a aprovação numa reunião extraordinária dos Instrumentos de Gestão Previsional da Palmela, E.M..

. O parecer do fiscal único menciona que *“(...) a preparação e apresentação das demonstrações financeiras previsionais é da responsabilidade do Conselho de Administração (...)”*, o que significa que o fiscal único fica de fora destas orientações.

. Os custos com fornecimentos e serviços externos mostram uma previsão de redução de 5% baseado em pressupostos optimistas em relação aos custos de electricidade e honorários dos técnicos de natação. Mas, em seguida refere-se que *“(...) a rubrica de despesas com pessoal regista um acréscimo de 8% em relação ao estimado para o ano anterior devido à revisão salarial prevista de 3%, progressões na carreira e reforço de prestações sociais (...)”*.

. O parecer do ROC (Revisor Oficial de Contas) menciona: *“(...) apesar dos pressupostos assumidos para os factores chave estarem adequadamente formulados com base em padrões históricos, os seus aspectos qualitativos e quantitativos de detalhe não estão devidamente explanados e evidenciados no respectivo anexo (...)”*. Das nove grandes intervenções que a Palmela Desporto se propõe realizar para o ano de 2009, cinco delas já estavam previstas para ter sido executadas em 2008 (e enumera: aquisição da unidade de tratamento de ar; renovação das janelas e locais de bancada; aquisição do sistema de leitura de cloro em PPM; revestimento de tanques em compensação do azulejo; correcção do sistema de drenagem do relvado do complexo).

. Considera deselegante que o Conselho Executivo da Palmela Desporto reúna sem a sua presidente. Entendeu perfeitamente que a pressa na convocação da reunião se prendia com a necessidade de remeter os documentos à Câmara Municipal para serem aprovados por este órgão.

O **Sr. vereador Octávio Machado** refere que se mantêm os mesmos pressupostos em termos de virtudes e defeitos dos anos anteriores relativamente à Palmela Desporto. Mantém a sua opinião quanto ao facto de o campo de futebol se cifrar como um

equipamento com custos demasiado avultados que pesam para a Autarquia. É necessário que se coloque em prática uma solução.

O **Sr. vereador Adilo Costa** menciona que a questão colocada pelo Sr. vereador Octávio Machado é recorrente.

Acrescenta que é a Câmara Municipal de Palmela que dá as orientações estratégicas à administração da Palmela Desporto, E.M..

Mais refere que o parecer do fiscal dedica mais atenção a determinadas rubricas do que a outras. Não vislumbra qualquer afirmação de optimismo. Também não considera que haja nenhuma contradição entre os honorários dos técnicos de natação e o aumento estimado nas despesas com pessoal.

A **Sr.ª presidente** dá a palavra ao Sr. presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto para que preste os melhores esclarecimentos à proposta em apreciação.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com o voto contra dos Srs. vereadores José Braz Pinto, José Carlos de Sousa e Octávio Machado.

VIII – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas, a **Sr.ª presidente** declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *José Manuel Monteiro*, director do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O director do Departamento

José Manuel Monteiro